
■ SUMÁRIO

Apresentação	9
Nota de abertura à segunda edição: a força da atual concepção dos contratos administrativos.....	11
Nota de abertura à primeira edição: contratos administrativos no século XXI	13

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

TÍTULO III DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 89.....	31
1. A ideia brasileira de contrato administrativo	31
2. Cláusulas contratuais.....	35
3. Preceitos de Direito Público	38
4. Princípios da teoria geral dos contratos: aplicação supletiva	41
5. Disposições de Direito Privado: aplicação supletiva	43
6. Requisitos formais dos contratos	44
7. Condições de execução contratual	45
8. Limites à incidência da Lei: contratos excluídos.....	45
9. Contratos atípicos.....	46
10. Interpretação dos contratos administrativos	47
Art. 90.....	48
1. Convocação do vencedor: prazo certo.....	49
2. Prorrogação do prazo de assinatura	51
3. Dever de assinar o contrato: consequências.....	52
4. Convocação dos demais licitantes	53
5. Renegociação das propostas remanescentes	54
6. Prazo de validade das propostas: efeitos	55

7.	Contratação do remanescente de obra	55
8.	Gestão de saldo em contrato	57
Art. 91		57
1.	Instrumento contratual	58
2.	Dever de publicidade e exceções expressas.....	59
3.	Direitos reais e publicidade	60
4.	Formalização e prorrogação: requisitos	60
Art. 92		62
1.	Cláusulas contratuais – rol exemplificativo	64
2.	Cláusulas necessárias – as universais	66
3.	Cláusulas necessárias – as circunstanciais.....	66
4.	Objeto contratual e elementos característicos	66
5.	Vinculação ao edital e à proposta.....	67
6.	Legislação aplicável	69
7.	Regime de execução ou forma de fornecimento	70
8.	Preço, condições, critérios de pagamento e reajuste	70
9.	Medição: critérios e periodicidade	71
10.	Prazos contratuais	72
11.	O crédito pelo qual correrá a despesa.....	73
12.	Matriz de risco	74
13.	Repactuação de preço	75
14.	Prazos para resposta a pedidos de repactuação e de reequilíbrio	75
15.	Garantias e seu prazo	77
16.	Direitos, responsabilidades e penalidades contratuais.....	77
17.	Importação: condições, data e taxa de câmbio	79
18.	Obrigação de manter condições de habilitação	80
19.	Obrigação de reserva de cargos	82
20.	Modelo de gestão do contrato	83
21.	Casos de extinção contratual	87
22.	Cláusula de foro e exceções	88
23.	Período antecedente à ordem de serviço.....	89
24.	Contratos de serviço contínuo, reajustamento e repactuação	91
25.	O adimplemento da obrigação contratual.....	96
Art. 93		97
1.	Contratos administrativos e direito autoral	98
2.	Contratações de projetos e cessão de direitos patrimoniais	99
3.	Contratações de serviços técnicos especializados e cessão de direitos patrimoniais	100
4.	Cessão de direitos patrimoniais: exceção.....	101

Art. 94	102
1. Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP	103
2. Divulgação no PNCP – condição de eficácia contratual.....	104
3. Prazos para a divulgação	106
4. Contratos urgentes e divulgação	106
5. Contratos do setor artístico e divulgação.....	106
6. Contratos de obras e divulgação	107
Art. 95	107
1. Obrigatoriedade do instrumento contratual: exceções expressas.....	107
2. Contratos verbais.....	108
3. Instrumentos hábeis à substituição.....	110
4. Caso de dispensa de licitação em razão do valor	111
5. Caso de compras de entrega imediata e integral.....	112
CAPÍTULO II	
DAS GARANTIAS	
Art. 96	112
1. Garantias em obras, serviços e fornecimento	113
2. Prazo para a prestação da garantia.....	115
3. Caução.....	115
4. Seguro-garantia	116
5. Fiança bancária	117
6. Título de Capitalização.....	118
7. Garantias e suspensão do contrato por fato da Administração	119
Art. 97	120
1. Seguro-garantia e sua finalidade	120
2. A possibilidade de contragarantia	122
3. Prazo de vigência da apólice e pagamento do prêmio	122
4. Seguro-garantia, contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo.....	123
Art. 98	123
1. Percentuais de garantia.....	123
2. Percentuais de garantia, serviços e fornecimentos contínuos.....	125
Art. 99	125
1. Obras e serviços de engenharia de grande vulto	125
2. Percentual extraordinário da garantia.....	126
Art. 100	127
1. Fiel execução do contrato e liberação/restituição da garantia.....	127
2. Culpa da Administração e liberação/restituição da garantia	128
3. Atualização monetária da garantia em dinheiro.....	129

Art. 101	129
1. Contratos que impliquem entrega de bens pela Administração.....	129
2. Particular como “depositário” de bens da Administração	130
3. Garantia estendida aos bens da Administração	131
Art. 102	131
1. O caso da teoria dos contratos administrativos personalíssimos	132
2. Obras e serviços de engenharia, seguro-garantia e <i>step-in-right</i>	135
3. Seguradora-anuente e obrigação de exercer o <i>step-in-right</i>	137
4. Prerrogativas da seguradora na execução do contrato	138
5. Inadimplemento do contratado: processo e decretação.....	138
6. A subcontratação pela seguradora	138

CAPÍTULO III DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

Art. 103	139
1. Matriz de alocação de riscos: sua lógica e a definição do art. 6º	140
2. Riscos e incertezas	143
3. Matriz de alocação de riscos: seus efeitos	146
4. Matriz de alocação de riscos: seus critérios.....	147
5. Matriz de assunção e compartilhamento de determinados riscos	147
6. Matriz de alocação de riscos e securitização	148
7. Matriz de alocação de riscos e quantificação.....	148
8. Matriz de alocação de riscos e equilíbrio econômico-financeiro.....	150
9. Matriz de alocação de riscos e imunidade às alterações unilaterais.....	152
10. Matriz de alocação de riscos e imunidade às alterações tributárias	154

CAPÍTULO IV DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 104	154
1. Fundamento jurídico e sentido da consagração legislativa de prerrogativas da Administração.....	155
2. Prerrogativas da Administração e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB	157
3. Modificação unilateral	160
4. Sentido da prerrogativa de modificação unilateral	164
5. Limites do poder de modificação unilateral	165
6. Consequências do exercício do poder de modificação	165
7. Extinção unilateral.....	166
8. Fiscalização da execução do contrato	167

9.	Aplicação de sanções legais e contratuais.....	168
10.	Ocupação de bens e utilização de pessoal e de serviços vinculados ao contrato.....	169
11.	Outras prerrogativas da Administração: ordem de suspensão da execução do contrato.....	170

CAPÍTULO V DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 105	170	
1.	Âmbito de aplicação do Capítulo V	171
2.	Duração dos contratos e a regra geral da previsão em edital	172
3.	Limites legais e condicionamentos orçamentários.....	173
4.	Prazo de vigência e prazo de execução	174
5.	Prazo de vigência e prazo de garantia.....	174
6.	A nova disciplina legal sobre a duração dos contratos administrativos	174
Art. 106	175	
1.	Contratos de serviços e fornecimentos contínuos	176
2.	Diretrizes para a contratação de serviços e fornecimentos contínuos ...	177
3.	Condições de extinção de serviços e fornecimentos contínuos	179
4.	Contratos de aluguel de equipamentos e contratos de utilização de programas de informática	181
Art. 107	181	
1.	Contratos de serviços e de fornecimentos contínuos: prorrogação sucessiva	182
2.	Contratos de serviços e fornecimentos contínuos: condições e limites da prorrogação.....	182
Art. 108	184	
1.	Contratos abrangidos pela possibilidade de duração até 10 anos	184
Art. 109	186	
1.	Contratos de serviço público em regime de monopólio: vigência indeterminada.....	186
2.	Administração Pública como usuária de serviços públicos: natureza e regime contratual	189
3.	A necessidade de “créditos orçamentários vinculados”	191
Art. 110	191	
1.	Contratos geradores de receita.....	192
2.	Contrato de eficiência que gere economia	193
3.	Prazo dos contratos sem investimento privado	194
4.	Prazo dos contratos com investimento privado	195

Art. 111	196
1. Contratos de escopo predefinido: duração e prorrogação	196
2. Consequências da não conclusão do escopo por culpa do contratado ...	198
Art. 112	199
1. Natureza não derogatória dos prazos previstos na Lei.....	199
Art. 113	200
1. O novo regime de contratação: o fornecimento e prestação de serviços associados.....	200
2. Contagem do prazo de duração dos contratos integrados de fornecimento e prestação de serviços	203
3. Prorrogação do prazo	203
Art. 114	204
1. Vigência máxima dos contratos de sistemas de tecnologia da informação.....	204

CAPÍTULO VI **DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS**

Art. 115	205
1. Vinculação jurídica das partes ao contrato.....	206
2. Termos e condições de execução do contrato	207
3. Consequências da inexecução do contrato	209
4. Proibição de retardamento do início da execução do contrato e a suspensão generalizada dos contratos	211
5. Licenciamento ambiental e responsabilidade administrativa	212
6. Hipóteses de prorrogação automática do cronograma de execução.....	214
7. Dever de publicidade da não execução temporária	216
Art. 116	216
1. Dever de permanência da reserva de cargos	217
2. Dever de comprovação do cumprimento à reserva de cargos.....	217
Art. 117	217
1. A fiscalização do contrato	218
2. O fiscal do contrato.....	219
3. A contratação de terceiros com função de assistência ao fiscal do contrato	223
4. Atribuições do fiscal do contrato	225
5. O auxílio jurídico e técnico ao fiscal do contrato.....	226
6. Fiscalizar não é sinônimo de defender nem de vigiar e punir	226
Art. 118	227
1. A figura do agente representante do contratado	227
2. A negativa à aceitação do agente representante	228

Art. 119	229
1. Dever de entrega perfeita.....	229
2. Dever de reparação <i>lato sensu</i>	230
Art. 120	231
1. Responsabilidade extracontratual por danos à Administração e terceiros	231
2. Regra de não exclusão e não redução de responsabilidades.....	234
Art. 121	234
1. Princípio da responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos...	235
2. Inadimplência e regra da não transferência de responsabilidade	238
3. Regime especial para os serviços contínuos com dedicação exclusiva da mão de obra	239
4. As medidas estatais para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas	242
Art. 122	246
1. Subcontratação: conceito, limites e responsabilidades. A cessão contratual.....	246
2. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte	250
3. Comprovação da capacidade técnica dos subcontratados.....	251
4. Regulamento e subcontratação	253
5. Conflitos de interesses como limites à subcontratação	253
Art. 123	254
1. Dever de decisão explícita sobre solicitações e reclamações	254
2. Exceções ao dever de decisão.....	256
3. Prazo de decisão	257

CAPÍTULO VII DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

Art. 124	257
1. A mutabilidade dos contratos administrativos	258
2. O respeito aos direitos dos contratados.....	261
3. A motivação e a superveniência dos fatos justificadores da alteração ...	262
4. A alteração unilateral: conceito, fundamentos e incidência	266
5. A alteração unilateral qualitativa: conceitos, fundamentos e incidência.....	269
6. A alteração qualitativa e a modificação do projeto ou das especificações	269
7. A alteração unilateral quantitativa: acréscimos e diminuições.....	271
8. A alteração bilateral e a consensualidade	272
9. As espécies de alteração bilateral e o seu caráter não taxativo.....	273

10.	A alteração para substituição da garantia	274
11.	A alteração para modificação do regime de execução	275
12.	A alteração para modificação da forma de pagamento.....	276
13.	A alteração para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	276
14.	A repartição objetiva dos riscos: o protagonismo do contrato.....	279
15.	A teoria da imprevisão.....	280
16.	Força maior, perigo de força maior e caso fortuito.....	282
17.	Fato do princípio	286
18.	Fato da Administração	288
19.	Sujeição imprevista	290
20.	A renegociação dos contratos administrativos.....	291
Art. 125		292
1.	Os limites legais e seus fundamentos	292
2.	A incidência dos limites legais nas alterações quantitativas e qualitativas	293
3.	O caráter impositivo da alteração e do termo aditivo	296
4.	Excludentes da imposição	297
5.	A base de incidência dos limites: o valor inicial atualizado do contrato	298
6.	A compensação entre acréscimos e supressões	299
7.	A incidência dos limites legais em licitações por itens	300
8.	O limite ampliado para reformas	301
9.	A alteração qualitativa e a orientação da Decisão TCU nº 215/99	301
10.	A inaplicabilidade dos limites legais aos contratos concessionários	303
Art. 126		304
1.	Alterações e indisponibilidade do objeto	304
2.	Alterações e garantia da concorrência	307
Art. 127		308
1.	Regimes contratuais e preços unitários	308
2.	Alteração de contratos e respeito aos preços unitários.....	311
3.	Os preços unitários e o jogo de planilhas.....	311
4.	A inexistência de preços unitários no contrato e o método do desconto	313
5.	Benefícios e Despesas Indiretas – BDI.....	314
Art. 128		318
1.	Ainda o método do desconto.....	318
2.	Um exemplo de disciplina legislativa intrusiva.....	318
Art. 129		319
1.	Alterações supressivas, resarcimento e indenização: condicionantes	319

2.	Aquisição e alocação dos materiais	322
3.	O dever de custeio do “regularmente comprovado” e o destino dos bens	323
4.	O dever do “reajuste monetário”	324
Art. 130		324
1.	Contextualização da norma.....	324
2.	O dever de concomitância do reequilíbrio.....	326
3.	A ilegalidade de solução diversa.....	327
4.	A natureza das cláusulas econômicas	328
Art. 131		328
1.	O direito ao reequilíbrio e a extinção do contrato.....	328
2.	A natureza indenizatória	330
3.	A formalização do pedido de reequilíbrio.....	331
4.	O aspecto temporal do pleito de reequilíbrio	332
5.	As prorrogações, o reequilíbrio e a indenização	333
Art. 132		333
1.	A importância da formalização dos termos aditivos	334
2.	A precedência da formalização	335
3.	As exceções justificadas	336
Art. 133		336
1.	Contratação integrada	336
2.	Contratação semi-integrada	340
3.	O regime estrito de alteração do contrato na contratação integrada e semi-integrada.....	343
4.	A matriz de risco nas contratações integradas e semi-integradas	345
5.	A alteração do valor do contrato em razão de caso fortuito ou força maior	345
6.	A alteração do valor do contrato em razão de solicitação da Administração Pública	346
7.	A necessidade de alteração do projeto básico nas contratações semi-integradas	347
8.	A alteração decorrente de evento alocado como risco da Administração Pública.....	348
Art. 134		349
1.	O fato do princípio	349
2.	O fato do princípio como instrumento protetivo do contrato administrativo.....	350
3.	O marco inicial da incidência do fato do princípio	350
4.	O objeto do fato do princípio	351
5.	A comprovação da repercussão do fato do princípio.....	352

Art. 135	353
1. Repactuação: conceito e incidência	354
2. A data-base para incidência da repactuação.....	356
3. A anualidade da repactuação	356
4. O procedimento da repactuação	357
5. O prazo para exame da repactuação e a forma	358
6. A estrita vinculação à matéria trabalhista e impossibilidade de vinculação a determinados acordos, convenções ou dissídios	359
Art. 136	359
1. Apostilamento	360
2. Reajuste e repactuação.....	361
3. Atualizações, compensações e penalizações financeiras	361
4. Alteração na razão ou na denominação social do contratado.....	362
5. Empenho de dotações orçamentárias.....	362
6. O apostilamento e o direito ao questionamento.....	362

CAPÍTULO VIII **DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

Art. 137	362
1. Extinção normal e anormal dos contratos administrativos	364
2. Resilição, resolução e rescisão	366
3. O devido processo legal da extinção do contrato.....	368
4. A importância da regulação por contrato e da matriz de riscos para a explicitação das hipóteses de extinção do contrato.....	371
5. O não cumprimento ou cumprimento irregular	371
6. O desatendimento das determinações da fiscalização	374
7. Alteração social ou modificação da finalidade da estrutura da empresa	375
8. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	376
9. Caso fortuito ou força maior	378
10. Problemas no licenciamento ambiental	379
11. Atrasos ou impossibilidade na liberação das áreas	384
12. Razões de interesse público.....	385
13. Não cumprimento das obrigações com reserva de cargos para pessoas com deficiência.....	387
14. A extinção do contrato e a edição de regulamento.....	388
15. A extinção do contrato em razão do inadimplemento da Administração Pública: o fato da administração	389
16. A supressão do objeto além do limite legal	390

17.	A suspensão por ordem da Administração por prazo superior a 03 (três) meses e repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias	391
18.	O atraso no pagamento superior a 02 (dois) meses.....	392
19.	A não liberação de área, local ou objeto.....	393
20.	As hipóteses de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna, guerra ou participação do contratado.....	394
21.	A exceção de contrato não cumprido	395
22.	A indispensável notificação dos emitentes das garantias	397
Art. 138.....		398
1.	A extinção por ato unilateral da Administração Pública	398
2.	A extinção consensual do contrato administrativo	401
3.	A extinção por decisão judicial ou arbitral.....	404
4.	As consequências da extinção do contrato administrativo por culpa exclusiva da Administração Pública.....	406
Art. 139.....		409
1.	As consequências da extinção unilateral determinada por ato da Administração Pública	409
2.	As medidas acautelatórias da continuidade da execução do objeto contratual.....	410
3.	A execução da garantia contratual.....	413
4.	A retenção dos créditos	415
5.	O procedimento para cobrança dos valores não acautelados pelas garantias ou retenção dos créditos	416

CAPÍTULO IX **DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

Art. 140.....		416
1.	Recebimento do objeto: conceito, espécies e consequências.....	418
2.	Recebimento: a questão dos prazos e o não cabimento do recebimento tácito.....	419
3.	A natureza das normas que disciplinam sobre o recebimento do objeto	420
4.	O recebimento das obras e serviços.....	421
5.	O recebimento das compras.....	423
6.	A rejeição do objeto	423
7.	O custeio dos ensaios, testes e provas para aferição da execução do objeto.....	425
8.	Recebimento e a responsabilidade civil e ético-profissional.....	425
9.	A responsabilidade do projetista e do consultor nas obras públicas.....	426
10.	A responsabilidade objetiva do contratado nas obras	427

CAPÍTULO X DOS PAGAMENTOS

Art. 141	428
1. A ordem cronológica nos pagamentos: categorias e fundamentos	429
2. As exceções ao cumprimento da ordem cronológica no dever de pagamento.....	430
3. A responsabilidade pela inobservância imotivada da ordem cronológica	432
4. O dever de transparência ativa da ordem cronológica dos pagamentos ...	433
Art. 142	434
1. O pagamento em conta vinculada: ideia geral	434
2. O pagamento em conta vinculada e a sua necessária contextualização...	435
Art. 143	439
1. O dever de pagamento da parcela incontroversa	439
Art. 144	440
1. A remuneração variável: premissas e fundamentos	441
2. Os parâmetros objetivos da remuneração variável	443
3. A forma de pagamento ajustada em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa.....	445
4. A limitação orçamentária	445
Art. 145	445
1. A regra da vedação do pagamento antecipado.....	446
2. O pagamento antecipado como exceção e as cautelas necessárias	446
3. A devolução do valor antecipado	449
Art. 146	449
1. A interação entre o Estado Contratante e o Estado Fiscal	449

CAPÍTULO XI DA NULIDADE DOS CONTRATOS

Art. 147	450
1. O princípio da segurança jurídica: proteção à confiança	451
2. O princípio da eficiência, a LINDB e o princípio da preservação dos contratos	455
3. A “irregularidade constatada”: premissas, consequências e saneamento	459
4. Os “aspectos” definidores do interesse público de anular	463
5. O passo a passo do saneamento contratual e sua processualização.....	466
6. As potenciais consequências da irregularidade: perdas e danos, apuração de responsabilidade e penalidades	468

Art. 148.....	470
1. A importância da “análise prévia do interesse público envolvido” e o princípio da proporcionalidade	471
2. As dimensões de existência, validade e eficácia dos contratos administrativos	474
3. A declaração de nulidade e suas consequências	475
4. A indenização por perdas e danos e a vedação ao enriquecimento sem causa.....	476
5. A modulação temporal dos efeitos da declaração de nulidade	479
Art. 149.....	480
1. O reforço ao dever de indenizar prejuízos injustos	480
2. A avaliação subjetiva da culpa, qualificação e quantificação do dano indenizável	482
3. A responsabilização do sujeito causador da nulidade e o devido processo legal.....	484
Art. 150.....	486
1. Licitação, contrato administrativo e Lei de Responsabilidade Fiscal	486
2. A proibição de contratar sem definição do objeto nem do crédito orçamentário.....	489

CAPÍTULO XII DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Art. 151.....	490
1. A institucionalização do sistema multiportas de acesso à Justiça	491
2. O <i>Design</i> de Sistemas de Disputas (DSD).....	494
3. A negociação	496
4. A conciliação	500
5. A mediação.....	501
6. O comitê de resolução de disputas	503
7. A arbitragem	508
8. A contratação de câmaras e terceiros imparciais.....	512
9. Os direitos patrimoniais disponíveis	515
Art. 152.....	517
1. Arbitragem “de direito” e “por equidade”	517
2. O princípio da publicidade e seu modo de incidência no processo arbitral	519
Art. 153.....	522
1. A incidência irrestrita dos meios alternativos de solução de controvérsias.....	522

Art. 154.....	523
1. O processo de escolha de terceiros imparciais.....	523
2. A isonomia, tecnicidade e transparência na escolha	524
Referências	529
Índice alfabético por assuntos	553